

Tributação em pauta

O que está na agenda de
2026 do STF, STJ e Carf


2026

Pauta STF e STJ





Processos pautados para o início de 2026

2026

STF






Relator(a)	Tema	Processo	Descrição	Status
<div><div>Min. Cristiano Zanin</div></div>	1113	RE 990115	Inclusão do valor da subvenção econômica da Lei 10.604/2002 na base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica.	Pauta virtual de 19/12/25 a 06/02/26

STJ

<div><div>Min. Maria Thereza</div></div>	1390	REsp 2187625 REsp 2187646 REsp 2188421 REsp 2185634 *Caso Martinelli	Definir se o teto de 20 salários-mínimos vigente no país previsto no art. 4º, parágrafo único, da Lei 6.950/1981, se aplica às bases de cálculo das contribuições ao Incra, salário-educação, DPC, Faer, Senar, Sest, Senat, SESCOOP, Sebrae, Apex-Brasil e ABDI.	Pauta do dia 11/02/26.
<div><div>Min. Gurgel de Faria</div></div>	1339	REsp 2124940 REsp 2178164 REsp 2123838	Decidir se o comerciante varejista de combustíveis, sujeito ao regime monofásico de tributação da Contribuição para o PIS e da Cofins, tem direito à manutenção de créditos vinculados, decorrentes da aquisição de combustíveis, no período compreendido entre a data da entrada em vigor da Lei Complementar 192/2022 até 31/12/2022 ou, subsidiariamente, até 22/09/2022, data final do prazo nonagesimal, contado da publicação da Lei Complementar 194/2022.	Pauta do dia 11/02/26.
<div><div>Min. Afrânio Vilela</div></div>	1369	REsp 2133933 REsp 2025997	Definir se a cobrança de ICMS-Difal em operações interestaduais destinadas a consumidor final contribuinte do imposto estava suficientemente disciplinada na Lei Kandir, antes da entrada em vigor da Lei Complementar 190/2022.	Pauta do dia 11/02/26.
<div><div>Min. Maria Thereza</div></div>	1393	REsp 2237254 REsp 2227141	Definir se é possível prosseguir a execução fiscal contra o espólio ou os sucessores caso o executado venha a falecer sem ser citado.	Pauta do dia 11/02/26.

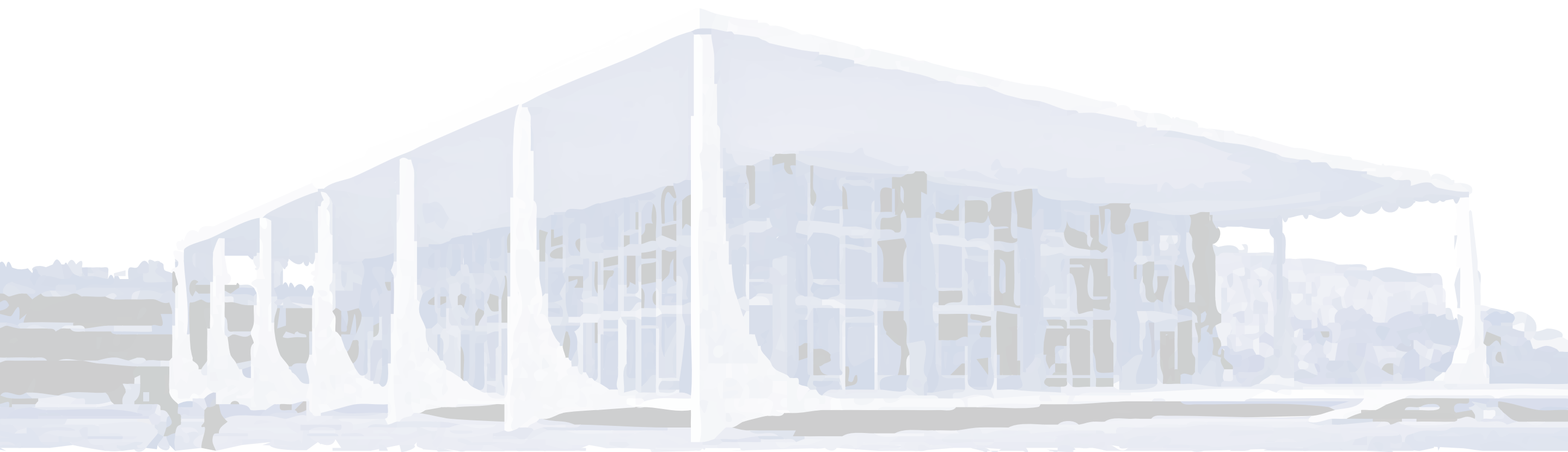
Previsões STF 2026



Relator(a)	Tema	Processo	Descrição	Status
 <div>Min. André Mendonça</div>	1401	RE 1425640 *Caso Martinelli	Constitucionalidade da limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL na hipótese de extinção da pessoa jurídica.	Julgamento não iniciado.
 <div>Min. Nunes Marques</div>	118	RE 592616	Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins.	Processo suspenso. Já votaram os ministros Celso de Mello (aposentado), antigo relator do caso, Rosa Weber (aposentada), Ricardo Lewandowski (aposentado), Cármen Lúcia, André Mendoça, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso (aposentado) e Gilmar Mendes. O placar está em 5x5, restando somente o voto do ministro Luiz Fux.
 <div>Min. André Mendonça</div>	843	RE 835818	Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da Cofins dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal.	Processo suspenso após pedido de destaque do ministro Gilmar Mendes. Em 2021, o julgamento chegou a formar maioria favorável aos contribuintes no Plenário Virtual (6x5), mas o pedido de destaque do ministro Gilmar Mendes reiniciou o processo no Plenário físico, anulando o placar anterior, preservando voto dos aposentados.
 <div>Min. Cármen Lúcia</div>	1067	RE 1233096	Inclusão da Cofins e da contribuição ao PIS nas próprias bases de cálculo.	Julgamento não iniciado.
 <div>Min. Nunes Marques</div>	1195	RE 1335293	Possibilidade de fixação de multa tributária punitiva, não qualificada pela sonegação, fraude ou conluio, em montante superior a 100% do tributo devido.	Julgamento não iniciado.





Previsões STF 2026

Relator(a)	Tema	Processo	Descrição	Status
 <div>Min. Cármen Lúcia</div>	1274	RE 1455643	Constitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária a cargo da empregada sobre o salário-maternidade pago pela Previdência Social.	Julgamento não iniciado.
 <div>Min. Luiz Fux</div>	1309	RE 1479774	Exigibilidade do PIS e da Cofins sobre as receitas financeiras oriundas de aplicações financeiras das reservas técnicas de empresas seguradoras.	Julgamento não iniciado.
 <div>Min. André Mendonça</div>	1320	RE 1310691	Imunidade da contribuição devida pelo empregador rural ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) incidentes sobre as receitas decorrentes de exportações.	Julgamento não iniciado.
 <div>Min. Gilmar Mendes</div>	1391	RE 1522312	Constitucionalidade da incidência de IRPF sobre o ganho de capital na doação a título de adiantamento de legítima.	Julgamento não iniciado.
 <div>Min. André Mendonça</div>	1415	ARE 1370843	Incidência da contribuição previdenciária sobre as parcelas de vale-transporte e do auxílio alimentação pagas pelo empregador a partir de desconto sofrido pelo empregado.	Julgamento não iniciado.








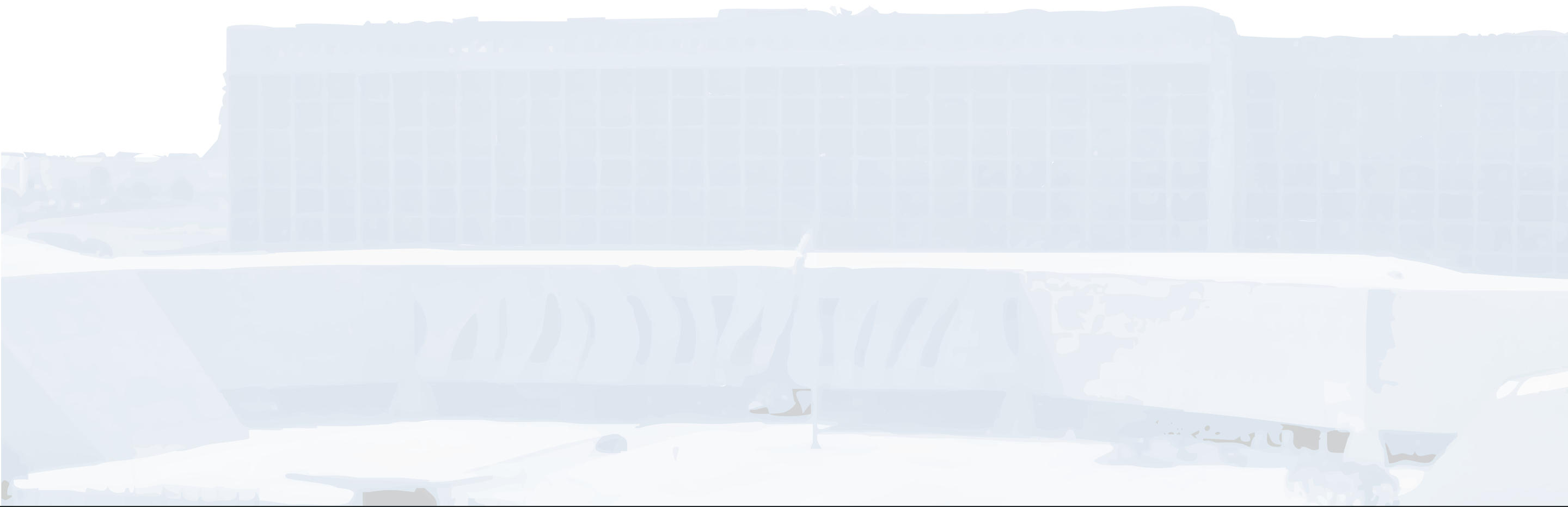
Previsões STJ 2026



Relator(a)	Tema	Processo	Descrição	Status
<div></div> <div>Min. Marco Bellizze</div>	1276	REsp 2123906 REsp 2123904 REsp 2123902 *Caso Martinelli	Decidir sobre a possibilidade de exclusão da base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e à Cofins do montante da contribuição previdenciária substitutiva incidente sobre a receita bruta (CPRB) considerando a identidade dos fatos geradores dos tributos.	Julgamento não iniciado.
<div></div> <div>Min. Afrânio Vilela</div>	1263	REsp 2098945 AI 5033912-83.2025.8.24.0000 (Originário 5028028-04.2025.8.24.0023) - TJSC *Caso Martinelli	Definir se a oferta de seguro garantia tem o efeito de dificultar o encaminhamento do título a protesto e a inscrição do débito tributário no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (Cadin).	Julgamento não iniciado.
<div></div> <div>Min. Marco Bellizze</div>	1275	EResp 1793915 EResp 1997816 REsp 2034824	Decidir sobre a legitimidade ativa da entidade paraestatal para a constituição e cobrança da contribuição ao Senai, e respectivo adicional previsto no art. 6º, do Decreto-Lei 4.048/42, considerando a compatibilidade do art. 50, do Decreto 494/62, e do art. 10, do Decreto 60.466/67, com o art. 217, do CTN, o art. 146, III, "b", da CF/88, a Lei 11.457/2007 e legislação posterior.	Julgamento não iniciado.
<div></div> <div>Min. Teodoro Silva</div>	1287	REsp 2060432 REsp 2133370 REsp 2133454	Discutir a legalidade da incidência do IRRF sobre os recursos remetidos ao exterior para pagamento de serviços prestados, sem transferência de tecnologia, por empresas domiciliadas em países com os quais o Brasil tenha celebrado tratado internacional para evitar a bitributação	Julgamento não iniciado.

Previsões STJ 2026

Relator(a)	Tema	Processo	Descrição	Status
<div></div> <div>Min. Marco Bellizze</div>	1335	REsp 2179065 REsp 2179067 REsp 2170834	Definir se as variações patrimoniais decorrentes de diferença de correção monetária sobre aplicações financeiras (recomposição inflacionária) integram a base de cálculo da contribuição para o PIS e a Cofins.	Julgamento não iniciado.
<div></div> <div>Min. Marco Bellizze</div>	1363	REsp 2203730 REsp 2178239 REsp 2203761 REsp 2178238 REsp 2178237 REsp 2178240	Definir se a NF-e pode ser equiparada à Guia de Informação e Apuração do ICMS (Difal - GIA/ICMS) para a constituição do crédito tributário.	Julgamento não iniciado.
<div></div> <div>Min. Paulo Sérgio</div>	1364	REsp 2150894 REsp 2150097 REsp 2150848 REsp 2151146	Possibilidade de apuração de créditos de PIS/Cofins em regime não cumulativo sobre o valor do ICMS incidente sobre a operação de aquisição, à luz do disposto no art. 3º, § 2º, III, das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, incluído pela Lei 14.592/2023.	Julgamento não iniciado.
<div></div> <div>Min. Gurgel de Faria</div>	1372	REsp 2174178 REsp 2181166 REsp 2191532	Definir se a contribuição ao PIS e a Cofins incidem sobre o ICMS-Difal.	Julgamento não iniciado.
<div></div> <div>Min. Maria Thereza</div>	1385	REsp 2193673 REsp 2203951	Definir se a fiança bancária ou seguro oferecido em garantia de execução de crédito tributário são recusáveis por inobservância à ordem legal.	Processo suspenso após pedido de vista do ministro Benedito Gonçalves. Já votou a ministra Maria Thereza, relatora do caso.



Previsões Carf 2026



Processo	Turma	Tema
10183.909896/2020-07	Turma Ordinária da 3ª Seção	Caracterização de royalties pagos para produção de sementes como insumos para fins de creditamento de PIS/Cofins não cumulativos.
11065.905373/2023-35	Turma Ordinária da 3ª Seção	Formação de indébito com PIS e Cofins liquidados por meio de compensação ou por dedução de créditos da não cumulatividade.
15746.721756/2022-63	Turma Ordinária da 2ª Seção	Incidência de Contribuição Previdenciária ao GIL-RAT em decorrência de exposição do empregado a ruído acima dos limites legais, por presunção de ineficácia de EPI.
10882.723610/2020-11	1ªT/CSRF	Possibilidade de dedução de royalties pagos à controladora indireta da base de cálculo do IRPJ.
16561.720013/2020-35	1ªT/CSRF	Dedutibilidade de despesas com ágio gerado em operação com empresa-veículo.
15956.720032/2019-21	1ªT/CSRF	Classificação contábil do bem imóvel como propriedade de investimento e a consequente tributação da receita de alienação pelo Lucro Presumido.
16561.720043/2021-22	1ªT/CSRF	Validade para fins fiscais da amortização de ágio registrado em pessoa jurídica controlada da contribuinte, localizada no exterior, e consequente impacto na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, em virtude da tributação em bases universais.

CARF 2026